

DISCURSO NA ENTREGA DO PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 1995

ÁLVARO GARRIDO

É com indifarsável embaraço e constrangimento que aqui me encontro para proferir algumas palavras sobre a “história” do trabalho por mim apresentado a concurso na edição de 1995 do Prémio de História Contemporânea. Preferia, evidentemente, não ter que o fazer. Porém, é também com natural satisfação — e, porque não dizê-lo, incontido orgulho — que participo nesta cerimónia na qualidade de premiado.

Foi-me solicitada uma singela intervenção sobre a origem e conteúdo do texto que apresentei a concurso.

Creio que tudo aquilo que poderei dizer resultará redundante e porventura indigno da distinção que me tributaram. O texto final que coloquei à consideração do júri — em breve publicado pela Livraria Minerva —, nas falhas e omissões que comporta, é decerto mais coerente e elucidativo do que o apressado e desconexo sumário que em breves linhas dele procurarei fazer.

Como sempre sucede, a investigação histórica constitui um projecto; construção inacabada resultante de múltiplos contributos; jamais poderá ser considerada produto e obra meramente individuais.

Colhido de surpresa pelo galardão que me foi atribuído — embora consciente da seriedade e empenho que coloquei neste trabalho — logo tratei de dividi-lo com as pessoas que mais directamente me auxiliaram na sua consecução. O texto premiado decorre da dissertação por mim apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1994 no âmbito do Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal. Pude contar então com a superior orientação científica do Prof. Doutor Amadeu Carvalho

Homem, por quem nutro, desde os tempos da licenciatura, particular admiração e amizade. A sua elevada preparação, perspicácia metodológica e raro sentido pedagógico pautaram o decurso da investigação, polvilhando o texto final dos seus melhores ingredientes.

De igual modo, aos restantes docentes desse Curso de Mestrado me pertence dirigir um sincero agradecimento pelos preciosos ensinamentos que me proporcionaram. Casos do Professor Fernando Catroga e da Professora Manuela Tavares Ribeiro; casos também, embora não tenha trabalhado sob sua orientação, dos Professores Carlos Reis e José Amado Mendes. Uma palavra sincera sobre a exigência colocada pelos docentes no referido Curso, porventura a mais determinante condição para que os produtos de investigação revelassem certa qualidade.

A origem deste trabalho, “O movimento associativo estudantil nos inícios de sessenta — a crise académica de Coimbra de 1962”, pode explicar-se, num primeiro nível, por razões de sensibilidade pessoal. As motivações que presidiram à escolha deste tema/problema que, desde o início, considerei tão aliciante quanto de difícil concretização, encontram-se enunciadas na introdução do texto original da dissertação. Em brevíssima síntese direi que o interesse pela temática dos movimentos estudantis — desde o início encorajado pelo Prof. Amadeu Carvalho Homem — colheu um primeiro impulso quando fizemos o nosso percurso iniciático nos caminhos difíceis do fazer história através de uma pequena investigação sobre a revolta estudantil de sentido “corporativo” que eclodiu em Coimbra, em 1947, em redor do filme “capas Negras” e na ressaca do “processo Salgado Zenha”. Pelo conselho experiente e amigo do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, criámos então curiosidade por este terreno fértil de questões por desvendar e sobretudo o vício, a paixão talvez, pela aprendizagem das metodologias e pela prática do escrever história.

Segundo creio, tratar-se-á no caso vertente do primeiro trabalho académico com relativa profundidade sobre a temática das lutas estudantis. Por certo, o avanço dos estudos nesta área — que deverá ter presente a necessidade de um diálogo franco e aberto com a Sociologia, diálogo que de forma algo sincrética procurámos estabelecer — tornará obsoletas algumas das ideias e interpretações vertidas na nossa síntese. Espero que assim aconteça. Será sinal de que o impulso primeiro em parte nos pertenceu.

O terreno em que se moveu a nossa investigação apresentava alguns obstáculos, em larga medida por não possuir horizontes conceptuais e referentes bibliográficos suficientemente seguros e explícitos. Seja pela natureza intrínseca do assunto, seja pela militância ideológica que ainda hoje encerra o estudo ou a mera abordagem jornalística dos movimentos estudantis, não encontrámos nos trabalhos realizados — pese o valor inestimável dos contributos de Rui Grácio e Reis Torgal, entre outros — noções operatórias, conceitos claramente definidos. Em suma, não existe uma base científica ou tendencialmente científica capaz de potenciar um registo discursivo mais

liberto das amarras da memória e da própria “gíria” que à volta do assunto se foi acumulando nas diversas gerações estudantis.

A visão dualista, a meu ver redutora, que tem dominado a nossa historiografia sobre o Estado Novo — divisão permanente entre “situação” e “oposição” —, geradora de um apreciável número de estudos sobre as instituições do regime, tentativas de o definir e caracterizar no plano ideológico, requerem pesquisas acerca de outros movimentos sociais e culturais gerados na sociedade portuguesa de então; sejam eles resultado de estruturas orgânicas perfeitamente identificadas (forças políticas clandestinas), sejam eles simples movimentos culturais protagonizados pelos mais discretos agentes de oposição ao Estado Novo.

Foi também com este objectivo que decidimos levar por diante o nosso trabalho. Todos os regimes autoritários ou mesmo totalitários consentiram ou não puderam deixar de consentir espaços sociais e culturais menos vigiados pelo poder, espécie de “ilhotas democráticas”, das quais não raro brotaram as mais fecundas iniciativas de contestação. O salazarismo não fugiu à regra. A letargia cívica e política a que esteve submetida a sociedade portuguesa nesse período conheceu singulares resistências nos meios universitários, cujas estruturas associativas, atentamente vigiadas pelo poder, se converteram lentamente em espaços insulares de uma certa vivência democrática. Escolas de pedagogia cívica — e, em última instância, política — as associações de estudantes constituíram um importante campo de ensaio para a militância democrática de conhecidas actuais figuras da sociedade portuguesa.

Porquê Coimbra? Porquê 1962?

O privilégio da “crise” coimbrã deve-se a razões de pragmatismo e de proximidade das fontes, muito embora tenhamos analisado o movimento na sua dimensão nacional e interuniversitária, sempre que os factos e as interpretações recomendaram tal exercício.

“62”, porque marca uma inequívoca alteração qualitativa dos discursos reivindicativos estudantis, confirmando os progressos de representatividade alcançados pelas associações. “62” ainda, pelo impacto do movimento na evolução posterior da vida associativa; por ter criado condições para que, a médio prazo, as tradicionais reivindicações estudantis surgissem articuladas com propostas declaradamente antisalazaristas, de conteúdo oposicionista e até revolucionário. Será porventura a mais importante crise académica, porque a primeira de grande impacto no tecido político e social do Salazarismo e por coincidir com um período particularmente sensível na existência política do próprio regime e tempo em que se cruzaram diversas frentes de oposição ao Estado Novo: segundo o testemunho de Franco Nogueira, “frente política interna”; “frente ultramarina e da diplomacia estrangeira”; entreaberta... uma “frente estudantil” que não mais se apagaria durante a pujante década de sessenta.

Nos anos 30 e 40, a estruturação de relações institucionais de carácter vinculativo e tutelar entre o Estado Novo e a Universidade, extensivas aos

organismos de representação estudantil através de um punhado de diplomas legais cerceadores do crescimento do associativismo estudantil, continha em si, perversamente, o embrião de acções contestatárias nos meios académicos. Enquistado na sua política de subordinação orgânica da Universidade, o Estado Novo em formação procurou consagrar na legislação sobre a vida circum-escolar das instituições de ensino superior (promulgada logo em 1932) um conceito de associativismo estudantil perfeitamente antinómico com o gradual, embora lento, crescimento da população estudantil universitária. Limitou assim a margem de manobra das associações existentes; instituiu relações de dependência orgânica destas em relação aos órgãos do governo universitário; confinou-as a uma lógica de mera prestação de serviços e cerceou-lhes a representatividade na intenção de impedir a progressão sindicalizante do movimento associativo.

Em 1956-57, por reacção espontânea ao decreto-lei n.º 40900 — que limitava drasticamente as possibilidades de desenvolvimento do movimento associativo à escala nacional e, no caso de Coimbra, bulia na especificidade sócio-cultural do meio académico local —, em rara demonstração de unidade, os estudantes das três academias ergueram a sua voz na defesa de direitos fundamentais da vida associativa. A conjugação dos efeitos mentais da contestação do “40.900” com a inquietude cívico-política de certos sectores académicos antisalazaristas, entretanto revigorada na sequência do “fenómeno Delgado”, conferiu a largas franjas estudantis uma noção mais clara dos obstáculos colocados pelo poder à sobrevivência dos organismos circum-escolares.

Pouco tempo depois, em Maio de 1960, a chegada aos corpos gerentes da AAC de uma nova vanguarda estudantil, de inclinação “democrática” mas de igual modo sensível aos valores do tradicionalismo coimbrão, introduziria significativas alterações de ordem qualitativa no discurso associativo local e nacional. Abria-se a vida associativa à participação estudantil; cresciam as aspirações federativas dos organismos circum-escolares a nível nacional; ensaiavam-se os primeiros contactos com organizações estudantis estrangeiras; alargava-se a representatividade informal da AAC; inquietava-se o poder perante a perda do controlo ideológico da principal associação de estudantes do país.

Ainda durante o ano social de 1960-61, a pretexto de polémicas nos domínios da moral sexual e dos costumes despoletadas em torno da célebre “Carta a uma jovem Portuguesa” e do I Encontro Universitário de Convívio, tratou o regime de apoiar a acção dos sectores académicos de posição antiassociativa, visando deslegitimar a actuação da DG presidida por Carlos Candal.

É certo que o vazio legal em matéria de legislação circum-escolar saído da “questão do 40900” criara no declinar dos anos 50 um certo “mal-estar” nos organismos de representação estudantil, impondo-lhe naturais limitações de acção. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela DG da AAC de 1960-

-61 suscitara no plano académico e nacional debates potencialmente conflituosos e aproximara as estruturas associativas das massas estudantis. O movimento académico de 62 deflagrou, porém, por reacção espontânea a estímulos repressivos do poder: as proibições ministeriais do I Encontro Nacional de Estudantes e das comemorações do Dia do Estudante.

Verificada a intensificação da repressão governamental e confirmada a ortodoxia das autoridades académicas coimbrãs face aos acontecimentos do Dia do Estudante, logo o movimento assumiu um carácter de recusa do modelo político vigente por mediação da forma como ele se exercia na Universidade.

Diluída a unidade da “corporação universitária coimbrã”, o regime reforçou a convicção de que o movimento associativo caminhava para uma indesejável sindicalização, a breve trecho conducente à cisão da ordem universitária e à infiltração de ideias “subversivas” na juventude académica. Vertendo nas notas oficiosas esta visão estigmatizante do momento académico, o Governo procurou deslegitimar a actuação dos contestatários, não raro enfatizando as virtudes da aplicação do esquema corporativo à organização da vida associativa.

Unidos numa vasta frente estudantil na defesa da existência de liberdades públicas de sentido primário no espaço escolar e circum-escolar, os estudantes suportaram o seu discurso reivindicativo num conjunto de proposições “clássicas” de movimentos anteriores: autonomia universitária, autonomia associativa, co-gestão universitária. Em certos momentos, porém, e de modo particular através de esporádicas intervenções de dirigentes mais impregnados da cultura estudantil francesa, os contestatários enquadraram aqueles valores em horizontes discursivos inscritos nas teses do sindicalismo estudantil, proclamadas em Grenoble pelos dirigentes da UNEF em 1946 e razoavelmente conhecidas na Academia a partir de 1961.

Fosse pelos aspectos e características terminais do movimento iniciado na Primavera de 62 — a contestação dos órgãos de governo da Universidade — fosse pelo papel de liderança assumido pela DG da AAC na condução e delineamento dos protestos estudantis, é certo que os poderes governamentais e o próprio Reitor Braga da Cruz reconheceram na agitação estudantil um sinal de sindicalização da vida associativa e o prenúncio de uma perigosa e indesejada cisão entre a Academia e a Universidade. A persistência deste debate ao longo do mês de Maio de 62 e, posteriormente, no decurso de toda a primeira metade da década de sessenta, acentuaria as incompatibilidades doutrinárias entre a enquistada visão corporativista da Universidade perfilhada pelo regime e a inevitável sindicalização do movimento associativo.

A concepção de sindicalismo estudantil que atravessaria o movimento associativo português durante a década de sessenta estava, no entanto, bem longe de ser assimilada pelas massas estudantis que, ainda assim, — porventura inadvertidamente — adoptaram em 62 práticas reivindicativas identificáveis com os esquemas sindicais: a dispensa da colaboração docente

para resolução dos mais instantes problemas estudantis em certos momentos dos acontecimentos académicos; o carácter “federativo” de certas acções e iniciativas de protesto; a consciencialização permanente das massas estudantis através de um improvisado e clandestino aparelho de informação; a reivindicação de interesses imediatos da população estudantil e a progressiva consolidação de sentimentos de pertença a um grupo social com ambições comuns; o recurso a formas de contestação típicas do mundo do trabalho — greves.

Nascida no decorrer da Segunda Guerra Mundial e educada escolarmente no respeito pelos valores do Estado Novo, a “geração de 62” — se assim se lhe pode chamar — adquiriu no plano das reivindicações escolares e associativas a consciência do carácter autoritário do regime; uma noção mais precisa sobre a origem e natureza políticas dos inúmeros obstáculos colocados pelo “sistema” à sua plena formação humana e cívica. Iniciava-se aqui um processo de desafecção ideológica de significativos sectores da juventude universitária — em breve integrada nos quartéis — face aos valores do regime de Oliveira Salazar.

O salto qualitativo verificado no discurso associativo de 62 em diante — não obstante a repressão exercida e as constantes tentativas de esterilização ideológica dos organismos circum-escolares — residiu, à boa maneira das teses “sindicalistas”, na ligação dos problemas escolares e associativos a questões de âmbito mais geral que então se colocaram na sociedade portuguesa, confrontada com a irredutibilidade colonial do regime e com o agudizar da pressão externa no sentido da resolução pacífica do problema ultramarino. Entre 1963 e 1968, valores “clássicos” das lutas académicas do Estado Novo foram objecto de reformulação, surgindo então como peças de reclamações mais profundas, não apenas de carácter estritamente académico: recusa da natureza autoritária do regime; exigência de libertação dos estudantes presos por motivos políticos; transformação do sistema de ensino vigente; contestação das guerras coloniais.

De 62 ficara um rasto de repressão mas também de consciência, de inquietude cívica e de indignação política para significativos sectores estudantis ... Movimento de transição na tipologia das crises académicas portuguesas, porque de contestação nem sempre explícita do modelo político vigente, recusou o poder por mediação da forma como ele se exercia na Universidade. Doravante, questionar-se-ia a Universidade no seu todo, enquanto microcosmos reprodutor da ordem político-social salazarista.

É este o resumo possível, decerto superficial e pouco elucidativo, sobre o trabalho por mim apresentado a concurso. Espero que a severidade do julgamento a que será submetido o meu texto não seja estimulada pelo prémio agora atribuído. Para qualquer investigador, e de modo especial para um jovem historiador que agora consolida processos e métodos de trabalho, um prémio é sempre um ponto de partida: voto de incentivo e de responsabilização.

Pena é que no panorama nacional os incentivos desta estirpe sejam raros ou quase inexistentes.

Um agradecimento especial, por isso, às entidades promotoras deste Prémio e de modo particular ao Professor Victor de Sá, cuja obra desde sempre admirei.

A terminar um sincero agradecimento a todos os elementos do júri pelo reconhecimento que me devotaram e um cumprimento especial aos colegas concorrentes, com votos de sucesso para as respectivas carreiras e projectos de investigação.